

O papel dos partidos políticos no aprimoramento das instituições políticas

Senador OSIRES TEIXEIRA

SUMÁRIO

Introdução

O partido político e seu papel

O partido político no Brasil

Instituições políticas

Instituições políticas brasileiras atuais

Influência do partido no aprimoramento das instituições
políticas atuais

Políticas e estratégias para os partidos políticos

Conclusão

INTRODUÇÃO

O que leva os regimes políticos a não prescindirem dos partidos políticos? Profligado por uns, exaltado por outros, a verdade é que o partido político sempre foi o cerne, o instrumento, a alavanca dos regimes políticos.

Mesmo naqueles ditatoriais, a figura do partido político está presente como extrato finalístico do regime e instrumentaliza, como instituição fundamental, a ação política. É típica nos regimes autocráticos, seja de direita ou de esquerda, a existência do partido único. Está claro que, em casos tais, há uma completa distorção de origem sociológico-política do partido. Ele representa a vontade do autocrata e é dele instrumento.

A origem natural do partido, todavia, é outra. Nasceu da personalização do poder político. O exercício do poder exige uma ordem estável que tem como titular o povo. Povo que, organizado, edita normas que disciplinam a ação dos governantes na busca do bem comum. É nesse instante da evolução política

que o poder se erige de pessoal para institucional. Nasce o partido político que seria, no dizer de Neuman:

“o único e mais importante instrumento para a transformação do poder social em político”.

Em se tratando de um regime democrático, cujas conceituações e definições não repetiremos, podemos dizer que eles podem não significar o grande instrumento, mas em tese é inconcebível pensar-se em democracia sem a sua existência. Aliás, ela é sólida ou frágil segundo são fortes ou fracos os partidos. Em certas conjunturas é que se conhecem teses falsas de alguns governantes como George Washington, que no seu *Farwell Address* acusa os partidos políticos de serem obstáculos à prática da democracia. Jean Jacques Rousseau igualmente, no seu *Du Contrat Social*, comete o pecado mortal de profligar a existência do partido político porque bisonhamente achava que legítimo seria o governo que atende aos interesses e às aspirações de todos os cidadãos.

Dessa posição evoluímos para a prática da democracia “apesar” dos partidos políticos, para afinal chegarmos à concepção contemporânea resultante necessariamente do desenvolvimento econômico, do aparecimento da tecnologia e do Estado industrial, dos meios de comunicação e da melhor cultura do povo em que se pratica a democracia “através” dos partidos políticos. Outra não é a postura que lhe dá a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, no que praticamente repete a Constituição de 24 de janeiro de 1967.

Aliás, é em face da importância do partido político no contexto de uma nação, o seu relevante papel e influência nas demais instituições políticas caracterizando o próprio regime, que se cuidou deste trabalho sobre a influência e o papel que ele deve exercer nas instituições, por decorrência, como fator de aprimoramento.

A ação política objetiva a teoria política. Aquela, todavia, é a responsável pela transformação das esperanças, das aspirações, dos sonhos, das irrealidades em conquistas presentes por vezes intermediárias mas que visam o atingimento maior do bem comum. É claro que, no entender de H. R. G. Greaves, professor de Ciência Política da “London School of Economics and Political Science”,

“no centro de todos os problemas políticos – e conseqüentemente matéria de teoria política, sujeito de seus atributos – está o indivíduo, cuja segurança, bem-estar e, em grau adjetivo, felicidade, o Estado tem de compreender para afirmar-se como um organismo capaz de oferecer-lhe a consecução de seus fins”,

se revela cristalino o moderno pensamento humanístico.

O PARTIDO POLÍTICO E SEU PAPEL

Foi Kelsen quem, de maneira magistral, registrou a importância do partido político, quando afirma:

“É patente que o indivíduo isolado carece completamente de existência política positiva, por não poder exercer qualquer influência efetiva na formação da vontade do Estado e que, por conseguinte, a democracia

só é possível quando os indivíduos, a fim de lograr uma atuação sobre a vontade coletiva, reúnem-se em organizações definidas por diversos fins políticos, de tal maneira que se interponham, na relação indivíduo-Estado, aquelas coletividades que agrupam, sob a forma de partidos políticos, as vontades políticas coincidentes dos indivíduos. Só por ofuscação ou dolo é possível sustentar a possibilidade de democracia sem partidos políticos. A democracia requer, inevitavelmente, um Estado de partidos.”

Ora, sendo a democracia um Estado de partidos, aquela está na decorrência destes. É a eficiência dos partidos que determina a qualidade da democracia.

Para que desempenhem eficientemente seu papel, necessárias se tornam ao partido político algumas características:

a) estar sempre atento às aspirações, aos sentimentos e à cultura do povo, a um tempo preocupado em instar o governo a realizar essas aspirações e pugnando através de permanentes estudos e pesquisas para aprimorar a cultura política desse mesmo povo;

b) jamais tomar posições ou defender idéias contrárias ao caráter nacional e distanciadas da cultura da época;

c) desenvolver o sentimento de responsabilidade do bem-estar social e político em toda a comunidade, possibilitando-lhe participar na elaboração das decisões em busca do bem comum;

d) procura permanente do consenso e, não o encontrando, submissão à maioria.

Em última instância, esse desempenho, a par do transcendental papel que as elites políticas devem ter na condução da nação e no “passo à frente” que elas devem dar, representa o princípio do respeito à soberania popular, à igualdade política e à decisão da maioria.

O partido político como elo de ligação entre o povo e o Parlamento

Ajustado à realidade nacional, o partido político é quem permanentemente vive os princípios doutrinários, mas, a um tempo, sente o caldeamento, o calor e a temperatura da ambiência social para transmitir, através dos parlamentares a ele filiados, a adequação das aspirações à doutrina em curso. Quem mantém o contato direto com o povo é o partido, e só assim haverá politização das massas, pois através dos partidos elas atuarão na solução dos problemas do Estado.

É óbvio que esse raciocínio não visa, em hipótese alguma, valorizar o partido como uma máquina, eliminando a importante figura do líder. A vontade do Estado, quando realmente democrático, é a do povo. Os partidos vivem e florescem em torno da propagação de idéias. A massa tem anseios, aspirações e quanto mais próximo dela estiver o partido, maior chance de arregimentação de adeptos, maior chance de empolgar. Mas sabemos que as idéias em si são paralíticas. Elas se alteiam, ganham corpo e substância em razão daqueles que as pregam e as defendem. No laboratório dos partidos elas nascem, germinam

e criam vida, mas será pela palavra, pelo gesto, pela vivência e eloquência de atos do líder, comumente no Parlamento, que elas vão florescer, vicejar, dar flores e frutos sazonados. Por vezes a idéia está latente na massa, oculta no subconsciente social. Cabe ao partido captá-la, testá-la no seu laboratório e colocá-la em mãos do líder para que ele a vivifique, propague e por vezes se anteceda à opinião pública, influenciando sobre ela, polindo-a, racionalizando-a e conduzindo-a. É aí que nasce o líder. Mas, para que essa idéia seja perene, é necessário que ela viva no partido, seja manipulada, estudada, testada, pois, do contrário, embora tenha poder de magnetização de toda a opinião pública, será rápida e fugaz como o passar de um cometa. Numa democracia sólida, de partido, não há lugar para carismas baratos. Há lugar, sim, para líderes cientes e conscientes de seu papel a serviço da idéia e dos estratos sociais.

O partido político é o elo entre o povo, o Parlamento e o Executivo

Se é verdade que as idéias medram no partido, tomam corpo e são viabilizadas no Parlamento pela discussão e encontram um denominador comum, também é verdade que ao Executivo impende efetivá-las pela força do poder que detém.

O compromisso ideológico para com o partido não é só do parlamentar, mas também do Chefe do Executivo que, eleito pelo partido, tem a base de sua atuação calcada na doutrina:

“La íntima conexión entre los partidos políticos y el Parlamento y el Ejecutivo — diz Hermann Finner — es manifiesta. No es exagero decir que el Parlamento y el Ejecutivo son apenas más que estructuras, centralmente organizadas, y lugares de reunión donde se cumple la voluntad de los partidos. Cuanto más profunda sea la organización, más cohesa resulte su asociación y más definido su proyecto, mayor será el sentido del Parlamento. Cuanto menos profundo sea, mayor será la indecisión, la molestia, el quebrantamiento y la falta de eficiencia del legislador y de los organismos ejecutivos.” (Otavio Yanni — “Fundamentos da Teoria Política”, Civ. 1969, pág. 137).

É o partido o neutralizador dos choques entre Executivo e Legislativo, o traço de união capaz de definir o momento e o *modus faciendi* da construção e consolidação da democracia.

Dentro dessa conceituação, os chamados “partidos únicos” dos regimes totalitários são ridículos arremedos sem nenhum sentido. São meros instrumentos que não representam força capaz de, captando os sentimentos e aspirações do povo, impulsionar o governo nesse ou naquele sentido. Antes, eles são o próprio governo e existem com características inteiramente diferentes, negando a doutrina de sua origem e de sua existência.

O partido político é que define, é que traça os rumos — à técnica impende realizar da melhor maneira

O Parlamento, como retrato animado do partido, divulga a doutrina, discute, levanta problemas, agita, defende idéias, combate soluções, prega teo-

rias, critica, sugere, apóia e rejeita e até assume posições contraditórias exatamente porque é ele o retrato de todas as camadas sociais que, num flagrante conjuntural, vivem determinado problema do Estado. É natural, pois, que lhe faltem conhecimentos técnicos como um todo, eis que formado por profissionais liberais de direita, de centro e de esquerda, literatos, industriais, comerciantes, militares, representantes da Igreja, homens da cidade e homens do campo, todos vindos dos mais variados pontos geográficos do país e com vivência específica de suas profissões de origem. Se é verdade que não podem ter, como uma Instituição, um embasamento técnico puro, também o é que sua ação por isso mesmo é universal, abrangente, podendo, pois, traçar diretrizes aos técnicos a quem falta exatamente essa visão do todo. Os técnicos são importantes, no Executivo, no Parlamento e nos partidos. Toda vez, porém, que assumem o integral comando do Estado, pretendendo dirigir também a filosofia de governo, o fracasso é iminente. O partido é a ética, é a sociologia, é a filosofia de governo. Uma concepção do homem e do universo, o partido, através de sua doutrina, busca a realização do bem comum, quando no governo.

É fundamental a participação do técnico na construção desse "mundo melhor" divulgado, pregado e defendido pelos partidos. Mas na realização, não na concepção.

Os destinos das nações são traçados nos laboratórios políticos, que são os partidos. Ao serem traçados esses rumos, para eles colaboram não só os políticos, mas os sociólogos, os filósofos, os economistas, os burocratas, os técnicos em geral. Todo o trabalho de estudo, projeto e pesquisa é feito debaixo de um programa político, que aceitaram e cuja viabilização depende de seus conhecimentos técnicos.

Esse tópico comportaria um longo estudo que não convém novamente ser feito, posto que não interessa objetivamente ao escopo do trabalho.

O partido político é o desenvolvimento cultural

Como expressões ideológicas, os partidos políticos estão sempre atualizados com a dinâmica da tecnologia, da ciência, da arte, da literatura e da filosofia de seu povo. Mais do que isso, haverão de participar desse movimento para dele tirar o proveito capaz de estratificar os conhecimentos para atualizar-se permanentemente e captar as mudanças de culturas que refletirão por certo uma mudança de comportamento e uma alteração na sua cultura política. A par de expressão ideológica, na sua dinâmica de ação devem os partidos estar agindo e refletindo a vida política como um todo. Como selecionar nos seus quadros os homens que dirigirão a Nação e cuja responsabilidade é conduzir o povo a uma justa, equânime e ampla participação nos frutos da cultura e nos valores benfazejos da civilização, se não estão atualizados com as conquistas sócio-culturais e científicas?

É da nítida compreensão e entendimento desses fatos que os partidos políticos cristalizam os anseios de uma sociedade em movimento e cumprem bem o seu papel, destilando os conhecimentos, trabalhando-os, aperfeiçoando-os e emoldurando-os para que possam representar a melhoria da cultura política do povo.

O partido político e a formação política do povo

Seria estultice pensar que a mera definição constitucional das instituições fosse o suficiente para assegurar o êxito de um regime político ou de uma forma de governo. A presidir tudo isso está a formação política do povo. E quem é o responsável por ela? O partido político. A estrutura do partido político tem que se desdobrar como um todo para realizar esse objetivo, com os pressupostos já alinhados, sem o qual sua existência deixa de ser robusta. É a cultura e a formação política das gentes que vivificam as instituições. Sobre tudo é importante que essa formação se dirija especificamente para a juventude. Já Sócrates, do alto de sua sabedoria, sentenciava:

“A educação deve adaptar-se à forma particular de constituição: cada forma de constituição tem suas peculiaridades, que asseguram de ordinário a conservação do Estado e lhe presidem o estabelecimento; por exemplo, os costumes democráticos geram uma democracia e os costumes oligárquicos geram uma oligarquia, sendo que uma constituição é tanto melhor quanto for o espírito do qual ela procede.”

Cabe, pois, ao partido político velar pela formação política do povo, infundindo-lhe uma doutrina. Pregar o desarmamento de espírito: o amor à liberdade, o espírito cívico, o respeito às instituições; despertar no povo a sua co-responsabilidade pelas realizações do governo; inspirar-lhe o senso da co-autoria na condução da coisa pública; mostrar-lhe a validade e importância de sua participação. Eis sua função precípua.

O partido político e a formação de candidatos

De certa forma já foi dito linhas atrás. Nunca é demais repetir, pois talvez resida aí o calcanhar-de-aquiles dos partidos políticos. Trata-se, afinal, de o partido identificar os valores novos, as expressões de inteligência, os líderes natos, para projetarem seus programas no Parlamento, no Executivo, nas várias funções da vida pública. É uma tarefa verdadeiramente difícil: identificar vocações capazes de levar o partido ao acerto na escolha de um técnico com índole política e com qualidades de um estadista; e, por outro lado, incapazes de conduzi-lo ao engano de confundir um homem extremamente inteligente e aberto com um líder popular ou um homem de Estado.

Ao partido político compete descobrir o homem certo e, através de seus departamentos especializados, moldá-lo, dar-lhe conhecimento, fazer seu embasamento doutrinário e político, conscientizá-lo para as tarefas de governo que o esperam, cientificá-lo das imensas responsabilidades que assume no instante em que aceita ser intérprete do partido em determinada área do Poder. É uma operação extremamente delicada e cujo erro ou engano sempre custa muito caro ao partido em termos de proselitismo e de afirmação perante a opinião pública. O partido será sempre o fiador junto ao povo no sentido de que aquele candidato defenderá os postulados e executará o seu programa no cargo que irá ocupar.

O partido político e a informação política

Informação que não pode e nem deve ser somente pré-eleitoral. Informação que não deve se circunscrever à defesa do governo, se o é, ou à análise profunda das repercussões da ação governamental, se é oposição, senão uma informação permanente, constante, doutrinária e que diga respeito principalmente à ação partidária, ao programa do partido; à defesa de suas teses, à atualização de seu comportamento face às alterações econômicas, culturais e sociais externas com reflexos na ação política. Ação permanente, constante, diuturna e fecunda, capaz de imprimir no povo o respeito pela seriedade com que os problemas estão sendo enfocados dentro de uma doutrina política.

Assim desempenhado o seu papel, o partido político se fará credor do respeito dos adversários, do fortalecimento das convicções de seus militantes e de uma consciente tomada de posição por parte dos indecisos.

Por outro lado, deve o partido político montar convenientemente um sistema de informações capaz de mantê-lo atualizado com relação à repercussão de sua doutrina, sua dinâmica e suas possibilidades a fim de orientar sua tendência de comportamento. Não basta a um partido ter uma doutrina correta, perfeita e divulgá-la. É preciso também que, pela práxis, sinta, junto à opinião pública, as repercussões de suas atitudes, a fim de ajustá-las à realidade conjuntural.

Informação política é muito mais que divulgação e defesa de programa. É dar vida ao partido; é sentir a receptividade; é estar tranqüilo de que o mecanismo de informação povo-governo está funcionando de modo a manter aceso o fogo partidário.

O partido político e a fixação do programa

Ora, se falamos em informação política, ela deve calcar-se no programa partidário. Os partidos derivam de uma concepção universal — é a filosofia política. Essa filosofia deve ser trazida à discussão, deve ser pregada, deve ser traduzida em obras. É o programa partidário. Peça importante na engrenagem política, é através dele que as razões de Estado, a filosofia de governo, a doutrina permeia. Programa de governo tem necessariamente que representar não só as aspirações reclamadas e sentidas do povo e colocadas dentro da concepção filosófica do partido, como deve conter aquelas aspirações latentes na coletividade, quase sempre inseridas no caráter nacional de cada gente.

Programa inteligente é programa despido de lugares comuns. Programa inteligente é programa de aspirações sentidas do povo. Uma característica importante de um programa partidário é sua atualidade e objetividade, aliada a uma agilidade capaz de ajustá-lo às mudanças culturais e sócio-políticas do País.

Por outro lado, um programa partidário, além de ser realista, sério e preciso, haverá que estar solidamente plantado no chão.

Programa partidário não é vitrine de amostra para propaganda pré-eleitoral, mas a mensagem do partido em seu proselitismo permanente: é o farol da

agremiação a apontar a seus militantes, a seus adversários e aos indiferentes, os rumos que se pretende dar à nação em busca do bem comum.

Em função dos programas que devem refletir a realidade sócio-política e cultural de um povo, aliada à capacidade de realização do país, é que se fala em modelo político.

A capacidade de realização do país, o caráter nacional e a cultura política podem levar um partido que tenha o mesmo embasamento doutrinário e filosófico a adotar programas partidários diferentes. É pelo programa partidário, pois, que se define o modelo político.

O professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, captando essa realidade, já dizia:

“Não há modelo universal, próprio para todo e qualquer povo, que realize em toda parte a democracia. A democracia, que é possível, para cada povo, para cada época, varia enormemente de instituições e, portanto, de modelos. Não há democracia possível, porém, onde não estejam arraigados os dois valores que a inspiram: liberdade e a igualdade. Não há democracia, sobretudo, onde não há espírito cívico. A primeira tarefa, para a conservação de uma democracia, para o aperfeiçoamento de uma democracia, para a criação de uma democracia, é a difusão desse espírito. Desse espírito que leva a dedicar-se cada um a um esforço desvelado “pela lei e pela grei.”

É, pois, pelo programa partidário que a agremiação se identifica com a realidade onde ela está plantada, onde sua ação se desenvolve, para quem ela existe e em favor de quem ela pretende atuar no sentido de fortalecer e aprimorar.

O partido político como meio de atuação

A estruturação formal do partido lhe permite e lhe dá as condições de atuação como meio através do qual o filiado possa participar, fiscalizar e até influir na realização do bem público.

Dentro do conceito contemporâneo de regime democrático com a imprescindível característica de regime representativo, o povo como um todo pode atuar nos atos de governo. A distância física em que por vezes se coloca o representante do povo no Parlamento lhe dificulta uma participação mais significativa. Aí aparece a figura do partido, presente em todas as faixas de representação comunitária, e o homem usa o partido para se fazer participante, para atuar e até para influir nas gestões do governo. Nesse particular e como tal, o partido serve como elo de ligação entre o militante e o Parlamento, e esse por sua vez exerce pressão de idéias junto ao Executivo. É um relevante papel do partido político.

O partido político como agente de idéias

Como laboratório onde são captados os ideais de concepção da ordem, do bem fazer e até da práxis, o partido político se transforma permanentemente

num agente de idéias capazes de dar uma nova moldura ao quadro das instituições, do ordenamento jurídico e até da concepção universal de determinados problemas.

Nesse particular, a ação do partido é intensíssima e daí a importância de ele possuir departamentos especializados para coletar essas idéias que lhe são trazidas por uma modificação nas concepções artísticas do meio-ambiente, ora por um sociólogo, um escultor, um literato, um profissional liberal, um operário numa entrevista, num discurso ou até mesmo numa reunião social ou classista. É das mais importantes essa atividade partidária e nela se sente uma grande dinâmica na vida partidária. Só mesmo uma organização como o partido teria condições de captar idéias, digeri-las, interpretá-las e transmiti-las para que teoricamente pudessem ser transformadas em ordenamento e até alterar programas.

O partido político como formador da vontade nacional

É Burdeau quem diz que os partidos políticos têm, dentre outras funções,

“servir de órgão formador da vontade nacional, servir de órgão para realização de uma idéia; manter a vitalidade do pensamento político e dar-lhe movimento”.

Na verdade são eles os pregadores das aspirações nacionais, traduzindo o pensamento do povo e adequando-o à filosofia e programática de que são decorrência e possuidores. (*Burdeau — Traité de Science Politique*).

Já Linares Quintana em seu *Los partidos políticos — instrumentos del gobierno* — assinala resumidamente como funções dos partidos políticos:

“formulação de políticas; designação de candidatos para cargos públicos; condução e crítica do governo; desenvolvimento e manutenção da unidade nacional”.

Finalmente,

O partido político e a conquista do poder

Nessa conquista ou eventualmente na manutenção do poder, está o cerne das organizações partidárias. Todas elas têm uma meta — conquistar o poder político e exercê-lo.

Eximimo-nos, a propósito, de, no tópico “O partido político e seu papel”, descer aos conceitos e definições do que venha a ser partido político. Igualmente deixamos de analisar suas origens, sua evolução histórica através dos tempos, sua estrutura, os sistemas partidários. Da mesma forma, subtraímos desse trabalho considerações sobre monopartidarismo, bipartidarismo, pluripartidarismo, partidos de quadro e de massas; totalitários e especializados; e bem assim suas organizações, nelas insertos os arcabouços, os elementos bases, as articulações, a militância, a direção etc., por julgar que seria meramente repetitivo. Esses elementos todos temos e sabemos. Qual a meta maior do partido? Essa uma indagação pertinente.

O que diferencia nesse aspecto os partidos totalitários dos democráticos é que enquanto estes possuem uma filosofia, uma escala de valores e buscam o poder político através de um ordenamento jurídico aceito, fundado na legitimidade da investidura no poder por maioria, aqueles, se são de direita, se prestam tão somente para manter o ditador no poder e, se são de esquerda, lutam por ele (poder) por todos os meios e formas, pregando aberta luta de classes e preconizando o domínio pela revolução, após o que se colocam na posição de encarnar o próprio poder estatal. Nos regimes de esquerda (marxista-leninista) não existe um partido que prega suas idéias captando as aspirações do povo, mas uma ditadura do partido.

A verdade é que, por métodos diferentes, a meta primeira dos partidos, de esquerda e de direita, democráticos ou totalitários, é a ascensão e manutenção no poder.

O papel, pois, do partido político no regime democrático é de essencialidade completa. Tanto é verdade que a sua institucionalização é um fato irreversível nos dias que correm. O sonho dos liberais já passou. A democracia moderna-social exige que os partidos transbordem, extravasem e se enquadrem na ordem jurídica do Estado. Não se pode mais pensar em praticar poeticamente democracia *apesar* dos partidos políticos. Ela tem que se processar com partidos com papel definido, como expusemos embora resumidamente, mas que já basta para definir que, hodiernamente, democracia se fará *através* dos partidos políticos.

Dizer-se que a crise democrática que atinge alguns países é decorrente dos partidos é um absurdo. A democracia jamais esteve ameaçada pelo regime dos partidos. Em alguns casos os partidos não se ajustaram à realidade do momento, o que determinou seu enfraquecimento. Os partidos totalitários com caráter de *Bund* ainda são em número reduzido no mundo, e não há necessariamente nenhuma tendência que nos faça caminhar para eles. A democracia tem muitas armas, mas a mais importante delas é o partido político que tem que ser sobretudo atual e atento às realidades do momento. Por outro lado, eu concluiria com Maurice Duverger no seu *Os partidos políticos* (pág. 460), quando assevera:

“... alguns elementos dessas estruturas partidárias novas garantem uma admirável formação dos quadros políticos, ao mesmo tempo que um contato mais estreito e mais fiel entre as massas populares e as respectivas elites dirigentes: isolados do seu contexto, poderiam acentuar a natureza democrática dos partidos, em lugar de destruí-la. O verdadeiro meio de defender a democracia contra as toxinas que ela própria segrega, pelo seu próprio desenvolvimento, não consiste em amputá-las das técnicas modernas de enquadramento das massas e de seleção dos quadros — cirurgia que a reduziria a uma forma vazia, a uma aparência ilusória — mas em canalizá-las para seu próprio uso, pois são, em definitivo, ferramentas talvez capazes tanto do melhor quanto do pior, como as línguas do velho Esopo. E recusá-las equivale a recusar-se a atuar. Se fosse verdade que a democracia é incompatível com elas, ter-se-ia de concluir que a democracia é incompatível com as condições de nossa época. Todos os discursos sobre os benefícios do

artesanato e os malefícios da grande indústria, não obstam que a era artesanal esteja encerrada e que vivamos na era da produção em série: todas as saudades dos partidos de quadros do século XIX, individualistas e centralizados, mais os anátemas contra os partidos maços atuais, centralizados e disciplinados, não impedem que só os segundos é que correspondam à estrutura das sociedades contemporâneas.”

O PARTIDO POLÍTICO NO BRASIL

Lamentavelmente — como ideário e bússola — o Brasil, desde o seu descobrimento, ainda não conheceu agremiações sólidas com todas as características de partido político.

Mais lamentável ainda é constatar-mos que as únicas exceções à afirmação anterior foi a existência ainda recente de partidos que negam a democracia, arremedos indígenas do nazi-fascismo e cópia-carbono servil do comunismo inaceitável pela alma e formação moral do povo brasileiro.

Dizer-se, como ensina Nabuco, que em 1838

“formam-se então os dois partidos que hão de governar o País até 1853 e disputar o terreno das lealdades à Monarquia Constitucional”,

tentando caracterizar o arremedo de partido Conservador como alimentado pelas forças econômicas do café e o Liberal como impulsionado pela burguesia urbana, escritores, magistrados e professores é sem dúvida um esforço de imaginação do velho estadista.

Na verdade, tivemos sempre em nossa História homens defendendo idéias; jamais conhecemos os partidos políticos como organismos naturais resultantes de uma civilização mentalmente esclarecida e economicamente estratificada.

Façamos, em rápidas pinceladas, o perfil de nossa história política do Império até a Revolução de Março de 1964.

No primeiro quartel do século XIX, tivemos os que lutavam pela independência e os que preferiam a permanência de nossa pátria dentro da comunidade lusitana. Defendiam ideais ou idéias, mas não se formalizavam, para a vida e para a tradição, partidos políticos. Com efeito, o projeto constitucional da Constituinte de 1823, refletindo a desconfiança da lealdade de D. Pedro I à Independência, lhe retira praticamente todos os poderes, delegando-os à representação nacional e visando ao fortalecimento dos grandes proprietários rurais. Enfatizando a soberania nacional e a liberdade econômica, bem poderia ter feito germinar partidos políticos, não fosse a sua prematura dissolução pelo próprio Imperador.

A Constituição posteriormente outorgada (1824) desestimulou o aparecimento de partidos com características próprias, face à introdução do quarto poder — o Moderador. Só com o episódio da abdicação de D. Pedro em 1831, se consolida o chamado “Estado Nacional”, aglutinando-se os representantes em duas correntes: a dos grandes proprietários rurais e a das classes populares.

Não existiam partidos na expressão da palavra, existiam duas correntes de opinião: a conservadora e a liberal, na qual se apoiava a Regência.

A edição do Ato Adicional e as restrições a ele impostas posteriormente pela "Lei de Interpretação do Ato Adicional" em nada ensinaram a formação de partidos políticos.

Na época dos conservadores e liberais, vivemos faustos políticos com o aparecimento de extraordinários estadistas, mas sem conhecer a vida partidária. Foi sempre a luta em torno de idéias, nunca ao derredor de princípios partidários. Mesmo Rui, a excepcional cabeça pensante brasileira, aceitou a República porque o Imperador negava a Federação.

Com o advento da nova ordem — expulsa da América do Sul a última casa real imperante —, o que viemos a conhecer em termos de política foram as clássicas figuras de "Governo" e "Oposição". Ficaram só nisso. Nunca se transformaram em partidos políticos.

A vastidão continental do País, a pobreza dos meios de comunicação, a incultura reinante e o analfabetismo avassalador tudo se somou ao nosso pauperismo econômico para impedir que tivéssemos organizações políticas de caráter nacional. O Partido Republicano, longamente no poder, era uma colcha de retalhos, mal e mal costurados na presença de Deputados e de Senadores no Congresso Nacional. Em cada Estado havia um Partido Republicano independente, cujos maiorais só se vinham a conhecer quando eleitos para o Senado Federal ou para a Câmara dos Deputados. E os oposicionistas fazem oposição local, divorciados dos outros que, disseminados pelo País, também não armavam suas tendas de campanha nos arraiais do Governo.

A força do poder central, posta em relevo por Campos Sales e a sua "Política dos Governadores", certamente inspirada nas "salvações" criadas por Floriano Peixoto, exacerbou as oligarquias em detrimento da vontade popular.

A Revolução de 1930, que projetou para a História a figura extraordinária de Getúlio Vargas, foi a reação contra a intransigência de Washington Luiz, que queria porque queria fazer de um outro paulista o seu sucessor. Mais isso do que um movimento de idéias. Lembremo-nos do "paulista de Macaé" assentindo na candidatura do mineiro Antônio Carlos, consoante a praxe da política do "café-com-leite", e só muitos anos mais tarde teríamos tantas modificações públicas em nossa terra.

Com Getúlio Vargas — de 30 a 45 — não tivemos, em sentido sociológico, vida político-partidária. Vivemos aquele período sob uma ditadura benevolente, em muitos aspectos, construtora de nosso progresso.

Depois, com o fim da II Guerra Mundial, com o advento da Constituição de 1946, ao sopro de novas idéias e baseados no crescimento material que já atingíramos, criou-se, entre nós, e pela vez primeira, a figura do Partido Nacional.

As facilidades das comunicações, em todo o seu vasto espectro, com o avião e as telecomunicações abundantes, permitiram que se obtivesse o primeiro arremedo de vida partidária nacional, destacando-se as duas forças conserva-

doras: PSD e UDN, o trabalhismo unido no PTB e o comunismo, legalizado, no PCB.

Digo arremedo, e digo sem constrangimento, porque todos assistimos às mais exasperantes e esdrúxulas formas de conúbio eleitoral. As eleições eram, em numerosíssimos exemplos, a soma de contrários. Aqui, os comunistas apoiavam candidatos udenistas; ali trabalhistas faziam chapas com os pessedistas. Por toda parte, enfim, era a idéia da conquista de mandatos ou de poder, fossem quais fossem as alianças que se faziam, as mais espúrias imagináveis.

E, como se isso fosse pouco, houve a disseminação superabundante das siglas partidárias, chegando-se ao absurdo de vivermos sob o império de *quatorze* partidos, estabelecendo-se no Brasil de então o triste e merencório espetáculo do comércio das legendas, umas se alugando, outras se vendendo.

Qualquer chefe municipal, inexpressivo mas vaidoso e com algum dinheiro, não logrando acolhida sob uma legenda, não tinha dificuldades em servir-se de outras, dir-se-ia apenas para fonte de renda de seus *donos*.

Esse quadro rápido, sombrio, talvez tenebroso — no qual carreguei sem remorso o pincel das tintas fortes — quero que valha como uma introdução sobre o que penso sobre o papel dos partidos políticos no aprimoramento das instituições políticas.

É tamanha a importância da vida dos partidos que, mesmo tendo assim sido — sem organização e sem grande conteúdo —, não se pode dizer que os arremedos de partido, e aqueles outros, de certa importância contingencial, deixaram de influir no aprimoramento da vida pública do País.

A pregação democrática, sincera e verdadeira, a que tantos homens se entregaram, contribuiu decisivamente para a politização do povo, assim no Império, assim na República.

Urge, porém, pôr em relevo que, no Brasil, como universalmente, e de fato, inclusive no comunismo ou no nazi-fascismo, a massa eleitoral não pertence a qualquer partido. Filiado, segundo os cânones legais, só um grupo muito reduzido. São as minorias, no mundo inteiro, aquelas que compõem a estrutura humana de cada partido.

E há de ser sempre assim, pois todo partido político é e há de ser sempre — meio e não fim. Nenhum partido será, em qualquer época, associação civil com milhões de sócios.

São as elites dirigentes — e que por isso mesmo devem ser atuantes — que devem pôr em movimento a máquina partidária buscando alcançar o maior número possível de simpatias para fazer vitoriosos os seus candidatos e vitoriosas as idéias de sua pregação.

Na América do Norte, exemplo da democracia presidencialista, como na Inglaterra, típica democracia parlamentarista, o eleitor que põe na Casa Branca um John Kennedy, democrata, é o mesmo que ali coloca um Richard Nixon, republicano; a massa que entrega o poder aos trabalhistas é a mesmíssima que faz o Ministério conservador, na Inglaterra.

E isso porque, em suma, todo partido político vale, ou deve valer, como um centro de idéias de governo ou de poder.

Em todos os tempos e em todas as épocas, a massa tem-se mostrado variável, suscetível de se deixar empolgar pelos legítimos líderes. E a grande experiência adquirida pelas nações civilizadas comprova que, tanto melhor organizados os partidos, tanto mais fácil a sua penetração junto ao povo.

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

A instituição política maior é o próprio Estado. Quando a nação se organiza juridicamente e aparece a figura soberana do Estado — aí está a instituição maior.

É que, para promover o bem comum representado na multiplicidade de interesses sociais, seja legislando, seja executando, seja captando as aspirações políticas da nação, seja disciplinando o uso da lei, o Estado se multiparte e forma outras estruturas que se sistematizam erigindo-se em outras instituições políticas.

Graças às instituições políticas, pode o Estado, de forma ordenada, disciplinada e sobretudo harmônica, promover com eficiência o bem coletivo.

Elas são os instrumentos maiores da própria razão de ser do Estado.

Das instituições políticas emerge o partido político como a mais ampla e mais globalizante, sobre ser, no regime da democracia social, a mais importante.

É através dos partidos políticos que as demais instituições se compõem para promover o bem comum.

Como base do edifício democrático, o partido político é, hodiernamente, o fundamento da democracia, por imperativo de seu próprio fortalecimento e mesmo sobrevivência.

Paulo de Figueiredo, num belíssimo trabalho sobre o assunto, publicado na *Revista de Informação Legislativa*, Ano III, nº 12, caracterizando a importância do partido político na vida dos povos, escreve:

“A democracia, forma política superior de vivência dos homens em comum, só é possível entre os povos que hajam atingido um grau satisfatório de civilização. São válidas, e sempre estão presentes, as instituições democráticas entre os povos politicamente cultos, ao passo que os tipos não democráticos de organização política são mais frequentes entre os povos ainda em estado precário de civilização. Destacadas as exceções, tal fato está presente na História com uma evidência solar. É fácil será então positivar como a vida dos povos, nos variados espaços e nos diferentes tempos, pode ser simbolizada na figura de seus “chefes”, “líderes” e “condutores”, que, em outras eras, substituíam os atuais partidos, pois eles eram acreditados como deuses e sua palavra traçava os caminhos a seguir. Com o desdobrar dos séculos, os partidos, com este ou com outros nomes, passaram a ser o centro de polarização dos ideais coletivos e em volta deles se agruparam os homens. Pode-se dizer, por isso, que a história dos povos é

a história de seus partidos políticos, mesmo quando não havia partidos ou estes eram representados por um “sacerdote”, um “general”, uma “família”, um “político”, um “conselho”, um “oráculo” ou um “profeta”.

Dentro do conceito de “democracia social” será do partido político que devem emergir e corporificar as demais instituições políticas. Se assim não for, será um mero arremedo, uma farsa, nunca um partido, e o regime será tudo, menos democracia.

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS ATUAIS

Conceituadas como um grupo de estruturas, processos e valores compartilhados dentro de um sistema social de natureza relativamente permanente e dentro da idéia de que se ocupam de alguma função política ou de algum grupo de funções políticas, temos que são instituições políticas maiores:

- o Poder Executivo;
- o Poder Legislativo;
- o Poder Judiciário;
- os partidos políticos.

São instituições políticas do Poder Executivo:

- a) Presidência da República;
- b) o Ministério da Justiça;
- c) o Conselho de Segurança Nacional;
- d) o Serviço Nacional de Informações.

São instituições políticas do Poder Legislativo:

- a) as Mesas da Câmara e do Senado Federal;
- b) a Câmara dos Deputados;
- c) o Senado Federal;
- d) as Comissões Permanentes de Constituição e Justiça, Finanças, Segurança Nacional e Relações Exteriores, existentes em ambas as Casas do Congresso Nacional;
- e) o Congresso Nacional;
- f) as Comissões Mistas;
- g) o Tribunal de Contas da União.

São instituições políticas do Poder Judiciário:

- a) Supremo Tribunal Federal;
- b) Tribunal Federal de Recursos;

- c) Superior Tribunal Militar e Auditorias Militares;
- d) Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais;
- e) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento;
- f) Tribunais de Justiça e Tribunais de Alçada.

São instituições políticas dos partidos políticos:

- a) os Diretórios Nacionais;
- b) os Diretórios Regionais;
- c) os Diretórios Municipais;
- d) os Institutos Milton Campos e Pedroso Horta.

Ao lado dessas instituições políticas que poderíamos dizer convencionais, face à Revolução de Março de 1964, existe na estrutura do Estado brasileiro a instituição excepcional do Ato Institucional nº 5, de todos conhecido.

Essa a pedra de toque do atual modelo institucional da República que dá às Forças Armadas, via SNI, Alto Comando e Conselho de Segurança Nacional, a tutela do poder político brasileiro.

INFLUÊNCIA DO PARTIDO NO APRIMORAMENTO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS ATUAIS

Tenho como axioma que, em nenhum momento da vida de qualquer Estado, suas ambições de aperfeiçoamento político podem ir além dos limites definidos por sua economia. Na verdade, nem a cultura nem a tecnologia encontram o clima propício ao seu desenvolvimento senão quando lastreadas de bases materiais que permitam à idéia fecunda a sua transformação em realidades palpáveis.

Quando um povo, no seu sentido de massa, não pode ser instruído e educado — à míngua de recursos do Estado e da iniciativa privada para libertá-lo das trevas da ignorância — aí a organização política será frágil e dificilmente medrará a democracia.

Daí por que a missão aperfeiçoadora e de aprimoramento dos partidos políticos, revelada neste trabalho em todos os itens do papel que eles devem desempenhar, além de outros, só será possível se eles forem econômica e financeiramente fortes.

A lei brasileira, imprimindo à nossa democracia um relevante papel, ao partido político, acanhadamente, lhe deu um fundo partidário com insignificante conteúdo válido.

É evidente que aperfeiçoar a democracia e aprimorar as diversas instituições políticas é uma tarefa de gigantes, só compatível a um regime que se pretende realizar através dos partidos políticos, se forem robustos em termos financeiros. É certo que nenhum partido poderá ser o elo de ligação entre

o povo e o Parlamento ou o Executivo, muito menos poderá comandar as linhas mestras da técnica ou presidir o processo político-cultural, fixar seu programa de ação, atuar na formação política do povo, disciplinar a escolha de seus candidatos etc. e, por fim, pensar em conquistar o poder, se não contar com um substancial volume de recursos financeiros. Para todo esse complexo trabalho haverá o partido que contar com equipes especializadas, manter estruturas de assessoria, constituir-se em verdadeira escola de aprendizado e pesquisa, e isso significa custos altíssimos. Não haverá que ser mantido pelo Estado, pois, se a democracia é feita através dele, ele passa a ser parte da estrutura pública.

De uma maneira ou de outra, atuando o partido nos itens acima citados, haverá de "azeitar" a máquina estatal para um melhor rendimento. Seus reflexos nas demais instituições políticas são instantâneos, seja na formação dos dirigentes, seja na sua permanente capacidade de fiscalização dos que estão no Poder. Um partido atuante exige dos componentes das demais instituições o perfeito cumprimento das leis que devem reger a Nação e não permite que os dinheiros públicos sejam mal aplicados ou mesmo desordenada e incorretamente. A constância de sua vigilância em favor do respeito, da autoridade e da probidade será extrema. O partido político, quando atuando corretamente, acaba por conseguir o equilíbrio no funcionamento das instituições políticas, de molde a não admitir a prevalência de uma sobre a outra. Sem desequilíbrios. Sem descompassos.

O debate e a crítica, a denúncia aberta e a pregação do direito contra a força — mesmo entre nós, ainda sem organização partidária aprimorada — são atividades públicas que visam ao aperfeiçoamento das instituições.

Todas as grandes conquistas, nacionais ou populares, desde que nos organizamos como nação independente, no plano das franquias cívicas, têm suas nascentes legítimas na atividade partidária, na luta permanente pela conquista da representação do povo, cada homem por si e por seu partido, desejoso de possuir o Poder para, através dele, efetivar suas idéias de governo.

Destarte, mesmo reconhecendo — porque seria irreal não fazê-lo — as deficitárias realidades de nossas estruturas partidárias, desde que nos separamos de Portugal, não podemos, em sã consciência, deixar de pôr em relevo os inestimáveis serviços que os partidos políticos têm prestado à vitória dos ideais democráticos de nossa terra e em favor do aprimoramento das instituições.

Nascidos ARENA e MDB na crista de uma crise política e por decisão revolucionária, tiveram suas origens em uma pirâmide invertida — com amplas cúpulas e reduzidíssima base.

Influência

Uma verdade, porém, salta de tudo isso — só os pessimistas a negariam: tanto a ARENA quanto o MDB, pelo esforço comum da classe política, estão se transformando, embora vagarosamente, em pirâmides estáveis, ampliando as suas bases consideravelmente e tornando-se em sólidos geométricos de largos fundamentos, de vastas áreas laterais e de vértice magnífico.

Também é só. Na verdade, a instituição partido político no Brasil está no nascedouro como organização capaz de aprimorar as demais instituições políticas. Arraigados ainda em ambos os partidos, estão os fantasmas das antigas agremiações de antes do Movimento de Março de 1964. Tal situação cria óbices intransponíveis no momento, máxime com o aparecimento das sublegendas, que podem ser tidas como mascaramento do pretendido bipartidarismo. Nem ARENA nem MDB ainda se encontraram e se mostraram capazes de derrubar esse fantasma. As divisões internas nos dois partidos têm colaborado decisivamente para a manutenção do *status* negativo da normalização da vida partidária no País.

Conquanto o eminente Presidente Ernesto Geisel venha demonstrando permanente preocupação com a área política em sucessivos pronunciamentos, chegando mesmo a dizer que

“mais importante do que a vitória da ARENA nas próximas eleições é a consolidação dos partidos, é dar-lhes força e coesão”,

não tem o Governo encontrado meios para fazê-los participar da vida do País.

Claro, mesmo evidente, que é indispensável à classe política encontrar nova solução para o processamento da vida partidária a fim de dar aos partidos aquela força e coesão indispensáveis, tão brilhantemente postas em relevo pelo Chefe da Nação.

Embora devamos reconhecer algum esforço dos partidos no sentido do aprimoramento de nossas instituições políticas, a verdade é que o comportamento da ARENA, mesmo detendo a maioria em quase todas as casas legislativas do País e dos executivos de todos os Estados da Federação, não tem sido, a rigor, um comportamento de partido no Governo. Ao contrário, suas iniciativas são sempre de subordinação e condicionadas à posição do Executivo. Sua posição perante o eleitorado é apagada, pois nenhuma ou quase nenhuma realização pode apresentar como partido político. Se compraz no “sim” de aprovação aos projetos oriundos do Governo através do Congresso. De outra parte, o MDB não desenvolveu qualquer estratégia válida para sua atuação. Despido de um programa exequível, prefere atuar pela rama dos problemas em apelos emocionais sem adentrar os grandes temas nacionais. Essa posição ainda é agravada com a nítida posição contestatória de alguns, que esbarra com a aplicação, rara felizmente, dos atos de exceção ainda vigentes no País. Esse comportamento, aliado à existência da legislação excepcional, é o grande responsável pelo pouco ou quase nada que os partidos brasileiros têm feito em prol do aprimoramento das instituições em nosso País.

Quem compulsar a Constituição em seus arts. 1º, § 1º; 152 e seus parágrafos; 74, § 1º; 75, § 1º, e Emenda Constitucional nº 2 verá claramente a definição do modelo brasileiro de democracia. Democracia através dos partidos. “O poder emana do povo e em seu nome será exercido”, mas esse poder não é dado a pessoas, senão ao partido. Os candidatos devem seguir fielmente o programa dos partidos. Isso sem falar na rigorosa fidelidade prevista no parágrafo único do art. 152, pelo qual perdem o mandato os legisladores em todos os níveis que deixarem as fileiras de seu partido.

Na verdade, desses dispositivos deveria derivar uma imensa força para os partidos políticos no País e sua legítima influência sobre as demais instituições políticas, mas o fato é que conjunturalmente vivemos uma revolução e, seja pelas razões já apontadas, seja pela tibieza da estrutura imposta pelo bipartidarismo (como a sublegenda), o partido político praticamente em nada tem influído no aprimoramento das instituições políticas atuais. Salvo fatos episódicos, tem ele servido de instrumento do Executivo, não como organismo atuante e decisório, mas como mero apêndice do Sistema.

POLÍTICA E ESTRATÉGIAS PARA OS PARTIDOS POLÍTICOS

Tomando-se por base que o Brasil optou pela realização da democracia através do partido político nos termos do modelo constitucional e que tal desiderato somente será possível com o estímulo à participação do povo brasileiro na vida política do País através das agremiações político-partidárias, quer pelo pleno exercício do direito do voto livre, quer pela participação integral nas decisões de Governo, quer pela motivação de jovens lideranças para se incorporarem à dinâmica partidária, e havendo manifesto e pleno anseio de participação como faz prova cabal o maciço comparecimento às urnas no último pleito de 1974, depreende-se ser aspiração nacional a plena participação do povo no processo político.

Aliás, Eugene Stanley, em sua magistral pesquisa, ao mencionar os valores fundamentais que motivam os interesses humanos, já identifica entre eles o nível de vida, segurança, integração social, criação e participação (o grifo é nosso), sendo que este último, quando exercido através do partido político, permite o conhecimento e a realização dos demais. Se transplantarmos esses interesses para grupos sociais, cerne dos partidos políticos, vamos encontrar o aspecto "influência — que traduz a vontade de atuar de um grupo sobre os outros que com ele se relacionem colateralmente ou por contingência".

Isto posto e examinando a atual conjuntura nacional, verificamos que ambos os partidos existentes mantêm, embora em nível pouco alentador, o Instituto Milton Campos, da ARENA, de estudos e pesquisas políticas, e o Instituto Pedroso Horta, com igual finalidade, do MDB. Além disso, já existem substanciais manifestações de cientistas políticos, estudiosos, políticos militantes, congressistas etc., postulando a inclusão de disciplinas obrigatórias nas escolas de níveis médio e superior, visando despertar o cidadão para seus deveres para com as instituições políticas. Ainda na análise da conjuntura, detectamos que há manifesta posição do Executivo, cumprida e acabada: realizou eleições livres para prefeitos e vereadores em todo o Brasil, em 15 de novembro de 1976, numa demonstração cabal de preocupação democrática pelo respeito ao livre exercício do voto. Isso configura, face ao número de candidatos lançados em ambos os partidos em quase todo o País, a existência e funcionamento do sistema bipartidário, o que caracteriza uma situação de normalidade institucional.

Por outro lado, é clara e patente a escassa renovação das cúpulas partidárias e das lideranças locais e regionais, e é pequena a participação política na formação das grandes linhas da vida nacional, o que se evidencia por "n" fatores ligados à inexistência de equilíbrio entre a classe política e o Estado moderno. Igualmente, há uma relativa estagnação partidária, máxime no que

se relaciona à presença da juventude, das elites culturais e técnicas no processo político, o que resulta em ínfima produtividade. Não bastasse isso, sobrepõe-se ao esforço de valorização e de atuação partidária o malsinado instituto das sublegendas que, à guisa de garantir a representação das minorias dentro do partido, permite que a insônia seja levada a cada domicílio partidário, que, ao invés de incentivar o combate ao adversário, estimula a peleja contra o próprio correligionário.

Ao verificarmos, nesse exame conjuntural, as medidas em execução já previstas, chegamos à conclusão de que, malgrado o conceito de disciplina partidária que transcende à disciplina consciente, invadindo até as decisões de consciência, atuando como fomentadora de servilismo, a *Lei Orgânica dos Partidos Políticos* é um instrumento válido dentro da estratégia atual do Governo, no sentido do desenvolvimento e do fortalecimento dos partidos políticos.

Quanto aos efeitos atuais, eles são frios e nada revelam, e quanto aos previsíveis, deles pouco se espera dentro do atual quadro.

Deixando muito a desejar, alterações na estrutura dos partidos políticos são ansiosamente esperadas por toda a comunidade.

Da análise da realidade dinâmica dos partidos políticos realizada ao longo do presente trabalho e sobretudo da pesquisa realizada durante as viagens por todo o País, não foi difícil verificar que há um inconformismo da Oposição, resvalando por vezes para a contestação. Óbvio que se trata de uma vulnerabilidade das mais sérias, pois atenta contra um dos princípios basilares da democracia, que é a autodefesa. Se a liberdade e a igualdade são pilares da democracia, não pode ela permitir que alguém ou algum partido tente contra isso ou contra o respeito e a dignidade da pessoa humana. A atitude é incompatível com um partido democrático. A presença manifesta dessa corrente de opinião dentro do MDB e que, por covardia, acomodação ou mesmo descaso, não é combatida pelos democratas pertencentes ao partido, o torna ilegítimo para assumir o Poder.

Também se verifica que não há completa coesão e filtração ideológica de esquerda. Claro está que há, por isso mesmo, uma instabilidade política que se agrava com um ressentimento manifesto em relação ao Poder Executivo, pelo seu gigantismo e flagrante tendência de mando. É evidente que, diante do quadro que ora pintamos e que se assenta na crua realidade nacional, são de se esperar, a curto e médio prazos, modificações na situação atual dos partidos políticos. Tudo isso sem contar a flagrante falta de eficiência e eficácia das atuais agremiações partidárias, não respondendo, em termos públicos e por razões de Estado, à importância de suas existências.

Ao sintetizar a avaliação no objetivo de fixar as necessidades básicas no que diz respeito aos partidos políticos, poderíamos resumir, num ideário meramente enunciativo, posto que em outra oportunidade já tecemos comentários específicos, assim:

a) os partidos políticos brasileiros precisam se conscientizar de que são *parte* e não *apêndice* no modelo político pátrio e de que a eles cabe grande responsabilidade nisso;

b) é preciso que se convençam os partidos políticos de que lhes impende a defesa da democracia, seu desenvolvimento e fortalecimento, nunca a contestação, e de que esta precisa e deve ser combatida dentro das próprias hostes, se houver;

c) deve ser reformulada a Lei Orgânica, dando-se maior plasticidade à dinâmica partidária e alterando-se o instituto da fidelidade;

d) ação específica na qualificação de maior número de eleitores;

e) aperfeiçoamento do processo eleitoral;

f) extinção das sublegendas;

g) cumpre que os partidos políticos efetivamente se tornem elo entre o povo e o Parlamento;

h) igualmente sejam ligação entre o povo, o Congresso e o Executivo;

i) persuadir-se de que é o partido político que traça os grandes rumos da política nacional, impendendo aos técnicos a sua realização. Recolocar, pois, o tecnocrata no seu verdadeiro mister;

j) organizar-se estruturalmente para responder aos apelos de desenvolvimento da cultura política do povo;

k) organizar, divulgar e defender seus programas que se constituem na *práxis* de sua filosofia;

l) ser, a um tempo, atuante e capaz de ajudar na formação política do povo;

m) operar na formação e seleção de candidatos a postos aptos a divulgar sua doutrina e a defender seus postulados;

n) constituir-se numa força de informação política;

o) transformar-se em agente de idéias e formador da vontade nacional;

p) buscar a estabilidade política, a eficiência e eficácia de atuação e defender as posições ideológicas da democracia social nos termos de suas concepções.

Três fatores fundamentais se opõem à realização desse ideário de necessidades básicas: primeiro, o caráter individualista do homem brasileiro. Com efeito, o caráter pátrio repudia a congregação com responsabilidade e muito menos gosta de partilhar das responsabilidades públicas. É, antes de tudo, um crítico. Pode até ser um participante, até o momento em que se lhe deferem responsabilidades. Frei Vicente de Salvador, em sua *História do Brasil*, assevera:

“Nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular” (Manoel Gonçalves Ferreira Filho, na conferência “Os Partidos Políticos Brasileiros” — citando).

Oliveira Viana, partilhando a mesma tese, que é de inúmeros sociólogos e historiadores pátrios, afirma (mesma fonte):

“As formas de solidariedade voluntária, de cooperação espontânea e livre, só aparecem entre nós sob a ação empolgante dos grandes en-

tusiasmos coletivos; a frio, com a autenticidade instintiva dos anglosaxões não as criamos, nem se sustentam nunca. Partidos políticos ou ligas humanitárias, sociedades de fins morais ou clubes recreativos, todas essas formas de solidariedade, têm, entre nós, uma vida artificial e uma duração efêmera.”

Segundo, a cultura política do povo. É axiomático que o povo tem o governo que merece. A nossa cultura política, como já ficou evidenciado, é baixa e, para a consecução das necessidades básicas levantadas, é absolutamente necessário melhorá-la. É preciso despertar o povo para o ajustamento entre a ordem do “ser” e a ordem do “deve ser”.

Terceiro, a falta de recursos financeiros destinados ao partido político. Como laboratório de idéias, devem os partidos políticos possuir recursos suficientes para seus quadros administrativos, seus técnicos de pesquisa, seus atos de divulgação etc. Visando atuar não somente nos períodos eleitorais, é fundamental ao partido dispor de recursos financeiros para a dinâmica de sua filosofia e de seu programa.

Considere-se, ainda, a relativa inviabilidade de o MDB assumir o Poder. Ora, bipartidarismo pressupõe a possibilidade de alternância no poder, e o comportamento permitido pela maioria emedebista a uma minoria atuante o inviabiliza para o exercício do Poder.

Com os elementos expostos, já temos condições de, face à realidade conjuntural avaliada e a interpretação dos interesses e aspirações nacionais, e bem assim levantadas as necessidades básicas, formular a política nacional, objetivando o fortalecimento e o desenvolvimento do partido político. Para se atingir a plena realização da democracia através dos partidos políticos será necessário que:

a) se imprima maior eficiência para uma maior eficácia às organizações político-partidárias;

b) se embase, filosófica, doutrinária e programaticamente, os partidos políticos, cuidando-se especialmente do resguardo à infiltração comunista;

c) se ajustem as outras instituições políticas ao partido, visando um equilíbrio capaz de fortalecer o Poder nacional.

Na realização da política acima formulada, duas linhas estratégicas poderão vir a ser seguidas. A primeira implicaria em:

1º — alterar a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, máxime no que diz respeito ao fundo partidário e à fidelidade, objetivando maior elasticidade de funcionamento aos partidos;

2º — desenvolver ações conjuntas de todas as instituições políticas visando uma melhor cultura política para o povo;

3º — aperfeiçoar o processo eleitoral;

- 4º — extinguir as sublegendas;
- 5º — estruturar o partido para que ele realmente interprete as aspirações do povo e seja uma força de informação e formação política;
- 6º — estabelecer normas rígidas de seleção de candidatos;
- 7º — manter permanente contato com as demais instituições políticas, buscando o equilíbrio entre elas;
- 8º — ações no sentido do encontro da estabilidade política;
- 9º — dotar os partidos políticos de recursos financeiros permanentes para que ele possa realmente ser um laboratório de idéias;
- 10 — atuar decisivamente, eliminando de seus quadros todos quantos pretendam contestar o regime;
- 11 — conciliar as atividades que lhe são atinentes com as dos burocratas;
- 12 — sensibilizar a juventude para a militância partidária.

A outra grande linha estratégica a ser adotada, considerando os partidos atualmente existentes como caricatos da vontade popular e irrecuperáveis face às suas origens, que distorceram posições e filiações, face à conjuntura da época, consistiria em:

- 1º — extinguir, por ato excepcional, os partidos existentes, suspendendo os efeitos da lei de fidelidade por tempo determinado e estabelecendo comportas para formação de novos partidos de baixo para cima;
- 2º — promover alteração constitucional de molde a permitir a formação de 4 (quatro) partidos políticos;
- 3º — desenvolver em favor deles as linhas estratégicas planejadas para o caso da manutenção das legendas existentes.

CONCLUSÃO

É importante que se registre, sempre houve de parte dos governos da Revolução uma preocupação com o aprimoramento do sistema partidário com vistas a uma melhor eficiência e uma eficaz *performance*, visando o aprimoramento do sistema democrático.

Sem nos determos nos detalhes conjunturais e tão-somente no objetivo de formular uma moldura global das posições dos governantes da Revolução, reportamo-nos à palavra do Presidente Castello Branco quando, ao se despedir de seus Ministros de Estado e da Nação, como que dando contas de suas ações que extinguíram as malsinadas legendas partidárias, disse:

“A pluralidade partidária passou a ser promiscuidade partidária, os programas dos partidos perderam seu sentido de compromisso dos representantes com os representados e a indisciplina partidária amea-

çava converter a tarefa do Governo, de um esforço racional de persuasão, numa transação de interesses pessoais... Por isso entendi que o desenvolvimento, antes das obras, exige uma mudança de instituições e de atitudes.

Aprendi a distinguir a exigência de liberdade, que é legítima, e que por ser legítima não isenta de deveres, e o abuso de irresponsabilidades, que nada mais representa do que uma preocupação obsessiva com os direitos adquiridos e um esquecimento sistemático dos deveres descumpridos.

Nesse contexto, nada mais urgente que uma profunda reforma das instituições políticas, no interesse de preservar a eficácia do sistema representativo.”

Algum tempo depois, perante a Escola Superior de Guerra, afirmava o Presidente Costa e Silva:

“Eis-me de novo entre vós. E eu, que vos ouvi, agora venho vos dizer. Venho dizer-vos que o papel por vós desempenhado na formação de uma consciência de planejamento sistematizado e de metodologia de funcionamento dos organismos, transcende já a limitada moldura política de segurança nacional, para exigir que cuidemos de erguer o Instituto de estudos superiores da política nacional, com a preocupação de fazer que todo partido se erija numa escola desse porte. Só assim haveremos de pesquisar, de ensaiar, uma só metodologia para a política nacional em termos realísticos, em bases científicas, predominantemente operacional e de formação de nova liderança, de novas elites voltadas para o superior conceito de política que veja no autêntico interesse nacional o objetivo primeiro e último de todos e de cada um. Eis-me aqui entre vós, convocando-vos e convocando todos quantos têm algo a dar à verdadeira política — ato de governar, ato de estadista — a imensa tarefa de reconstruir a vida partidária como genuína escola de política sã. Política sã, para construir de fato a nossa grandeza.”

Vivendo outra realidade conjuntural, já em 1973, asseverava o eminente Presidente Geisel (discurso perante a Convenção Nacional da ARENA, em 15-9-73):

“A portentosa construção desse futuro realizar-se-á, necessariamente, no quadro do nosso regime democrático que — convém aqui destacar — obedece, entre outras, às regras fundamentais: do atendimento das aspirações do povo em geral, excluindo o domínio de interesses de indivíduos, grupos, classes ou regiões; da representatividade, com organização partidária de natureza plural; e da substituição periódica do supremo mandatário, o Presidente da República.

Tal regime, contudo, é suscetível de natural desenvolvimento, em decorrência de possibilidades ou necessidades que venham a ser criadas pela segurança e pela evolução social.

No aperfeiçoamento do regime e, pois, das estruturas pertinentes, dever-se-á, entretanto, evitar o mero formalismo, impedir o retorno ao passado condenado e não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe cumpre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros. As modificações necessitam ser realísticas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva, e corresponder incontestavelmente à nossa índole e à vontade política da nação interessada sobretudo, em que se não quebre o clima de tranqüilidade indispensável ao pleno rendimento de seu labor ordenado e produtivo.

Resultarão, basicamente, de progressos que se realizem na educação de nosso povo e na sua sã motivação política, tarefa esta última, dependente, em larga escala, da atividade das organizações partidárias.

Os partidos políticos — tanto do Governo como da oposição, cada qual no papel que lhe cumpre desempenhar — são essenciais ao estilo de vida democrático, como veículos exclusivos da participação do povo na organização do Poder e como responsáveis pela autenticidade do sistema representativo. A eles cabe, pelos seus princípios e programas, pelas lideranças em todos os níveis de atuação, pela perseverante dedicação à causa pública, pela contínua renovação de valores e oferecimento de oportunidades, particularmente aos jovens, e pelos padrões de comportamento político, concorrer decisivamente para o aperfeiçoamento da estrutura política nacional.”

Três governos se passaram; e o atual já na sua meta final e os partidos políticos, segundo a expressa manifestação dos governantes, não atendem às necessidades da Nação. Urge, pois, uma tomada de posição. Tomada de posição essa que se consubstancie nas políticas por nós apontadas, arrimadas nas estratégias preconizadas e outras que possam corroborar com a solução do problema.

Na verdade, é imprescindível a mudança de conduta em relação aos partidos políticos. Não bastam as afirmações peremptórias, será preciso uma ação efetiva para que realmente os partidos políticos possam ter condições para atuar no processo de aprimoramento democrático, pois é pacífico que ainda não alcançou esse estágio.

Nosso compromisso e dever com as novas gerações nos leva ao dever de entregar o Brasil mais próspero, mais livre e mais feliz às próximas gerações.

Um dos fatores preponderantes para que isso aconteça será a consolidação dos atuais partidos, dando-lhes mais força e coesão ou, de outra parte, a extinção deles, permitindo a formação de novas agremiações mais identificadas com a base da pirâmide social, representantes mais legítimos das aspirações populares.

Não basta pregarmos. Não basta apontarmos os erros. Não basta indicarmos caminhos, é preciso necessariamente vivermos e praticarmos essas reformas

necessárias. Eu concluiria com o grande Camões quando o seu cérebro privilegiado concebeu os seguintes versos:

“Não se aprende, Senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando.”

(Luzíadas – X, 153).

BIBLIOGRAFIA

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 24-1-67.
- Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969.
- Emenda Constitucional n.º 2, de 9 de maio de 1972.
- Emenda Constitucional n.º 3, de 15 de junho de 1972.
- Emenda Constitucional n.º 4, de 23 de abril de 1975.
- Emenda Constitucional n.º 5, de 23 de junho de 1975.
- Escola Superior de Guerra – *Manual Básico 1976*. Rio de Janeiro, Borsari S/A, 1976, 648 págs.
- BADARÓ, Murilo. “Campo Político” – Painel – ESG – 1975.
- BENEVIDES, Paulo. *A Crise política brasileira*. São Paulo, Cia. Editora Forense, 1969, 115 págs.
- BITTENCOURT, José Luiz. *Política e poder nacional*. Goiânia, Gráfica do Livro Goiano, 1975, 212 págs.
- BOLIVAR, Lamounier. *Os Partidos e as eleições no Brasil*.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975, 263 págs.
- DANTAS, Ivo. *Ciência política*. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1976, 125 págs.
- D. ROBERTS, Geoffrey. *Dicionário da análise política*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1972, 256 págs.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970, 465 págs.
- EASTON, David. *Uma teoria de análise política* – Rio de Janeiro, Biblioteca de Ciências Sociais, Zahar, 1968, 183 págs.
- FREIRE, Geraldo da Silva. C-72-1 – ESG – 1975.
- FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. T. 124/76 – ESG – 1976.
- YANNI, Otavio. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965, 198 págs.
- Revista de Ciência Política – Vol. 18 – n.º 2 – abril/junho – 1975.
- Revista Segurança e Desenvolvimento – n.º 159.
- VASCONCELOS, Paulino Cícero. *Conjuntura política brasileira atual*. In – Painel “Campo Político” – ESG. 1975.